

**ATA DA 227ª REUNIÃO DA DIRETORIA DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS
DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ARPE, REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2023.**

Aos 13 dias do mês de novembro de 2023, às 8h30min, na sede da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Conselheiro Rosa e Silva, 975, Aflitos, Recife - PE, foi realizada a ducentésima vigésima oitava reunião da Diretoria Colegiada da Agência de Regulação dos Serviços Públicos - ARPE, contando com a presença do Diretor-Presidente, **Carlos Porto de Barros Filho**, do Diretor de Regulação Econômico-Financeira, **Frederico Arthur Maranhão Tavares de Lima**, da Diretora de Regulação Técnico-Operacional, **Juliana Dias Medicis**, da Diretora Administrativa Financeira, **Lara Pinheiro de Macedo Montarroyos**, e da Controladora Interna **Marcela Magalhães Santos Gonçalves de Freitas**.

Dando início à reunião, o Diretor-Presidente, Dr. Carlos Porto, saudou os presentes e informou que, considerando que a Diretora de Regulação Técnico Operacional, Dra. Juliana Dias Medicis, comunicou que irá renunciar ao cargo em comissão, ainda não tem nenhuma notícia do Palácio sobre a indicação para o cargo e que com a licença para tratamento de saúde do Diretor Fred Maranhão, a Arpe ficará com apenas um Diretor sabatinado. Dra. Juliana pontuou que, tal situação enseja um problema em relação aos processos administrativos da ANEEL. Dr. Carlos disse que após as eleições da Mesa da Assembleia Legislativa, a Casa ficará mais tranquila para proceder com a sabatina do Diretor de Regulação Técnico Operacional, se houver a indicação pela Governadora. Dr. Fred Maranhão solicitou a palavra e trouxe para apreciação da Diretoria Colegiada, recomendação de apreciar e homologar o reajuste das Tarifas de Embarque dos Terminais Rodoviários concedidos à Empresa SOCICAM, no percentual de **5,1853% (cinco inteiros e um mil oitocentos e cinquenta e três milésimos por cento)**, de modo a compensar os efeitos da inflação do período de 1º de outubro de 2022 a 30 de setembro de 2023. Dr. Fred ressaltou que esse reajuste será aplicado a partir de **1º de janeiro de 2024**. Além disso, registrou que a solicitação formulada pela SOCICAM, por meio da carta **SAP/PER/ARPE Nº 006/2023, de 16 de outubro de 2023**, originou o Processo SEI nº **0030200016.002794/2023-40**, e que foi endossada pela Nota Técnica EPTI – Diretoria da Presidência - Nº **002/2023**, encaminhada por meio do Ofício nº **62/2023 da Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal (EPTI)**, de **09 de novembro de 2023**, compondo o Processo SEI Nº **0050400006.002693/2023-30**, de **09 de novembro de 2023**, que foi devidamente anexado ao Processo SEI nº **0030200016.002794/2023-40**. A referida proposta foi aprovada pela unanimidade da Diretoria Colegiada. Retomando a palavra, Dr. Carlos informou que recebeu uma ligação da Secretaria da Fazenda sobre a reversão do superávit da Arpe e que aproveitou o ensejo e marcou uma agenda com o Secretário da Fazenda. Disse que Dra. Lara Pinheiro e ele foram recebidos pelo Secretário e na ocasião apresentou para o Secretário os valores que a Arpe repassa anualmente e destacou a dificuldade em repassar os valores, uma vez que poderiam ser investidos na própria Arpe. Informou que o Secretário de Planejamento e Gestão, Fabrício Marques Santos, sugeriu que na reforma da Lei da Arpe as nomeações não fossem realizadas através do Palácio, que deveria existir na Arpe um Conselho Administrativo, como existe na Defensoria e no Tribunal de Contas, e que a Arpe deveria criar e nomear os seus cargos. Com a palavra, Dr. Fred mencionou que isso ocorre em algumas Agências Estaduais. Dr. Carlos perguntou em quais Agências isso ocorre, porque o Secretário pediu para fazer uma pesquisa sobre o assunto. O Presidente informou que a Arpe irá repassar o valor anual à SEFAZ. Dra. Juliana, perguntou sobre os valores dos últimos repasses. O Presidente informou que

nos últimos anos foram entre 5 e 6 milhões, que no ano passado excepcionalmente foram 8 milhões. Complementando, o Presidente informou que a média é 5 milhões e que este ano o repasse vai ser em torno desse valor, levando em conta a reforma do prédio, o investimento em equipamentos de informática e outros investimentos. Disse que esclareceu para o Secretário que mesmo com os pleitos da Arpe o repasse será realizado. Dr. Fred pontuou que é importante melhorar o salário dos servidores. Dra. Juliana, por sua vez, indagou sobre o contrato de prestação de serviço de impressão. Dra. Lara informou que não foi possível prorrogar o contrato com a empresa Data Voice. Disse que se a Arpe tivesse conseguido prorrogar o contrato teria sido interrompido porque a Arpe recebeu um ofício do TJPE, encaminhado pelo MPPE, informando que os contratos firmados com a empresa Data Voice deveriam ser interrompidos. Dra. Marcela acrescentou que a Data Voice foi declarada inidônea e está impedida de licitar. Retomando a palavra, Dr. Carlos informou que a Diretora Administrativo Financeira, Dra. Lara Pinheiro, concluiu o trabalho de Diagnóstico da Arpe a partir das entrevistas realizadas com os servidores e que solicitou à Diretora que o Diagnóstico fosse apresentado com urgência à Diretoria. Em seguida, passou a palavra à Diretora Lara Pinheiro, que passou a tratar sobre o diagnóstico da Arpe informando que realizou entrevistas com os servidores nos meses de setembro e outubro. Disse que as contribuições dos servidores foram muito relevantes. Esclareceu que a ideia foi compilar as contribuições que os servidores trouxeram durante as entrevistas, como forma de melhoria para a Arpe. Acrescentou que o momento ideal para isso seria durante a elaboração do planejamento estratégico, mas como não houve, o Presidente preferiu adiantar o diagnóstico, o qual foi chamado de entrevista junto com o banco de talentos, que objetivou conhecer as especialidades de cada servidor, para realizar uma alocação de perfis de trabalho de forma mais adequada. Continuando, disse que foi verificada a necessidade de ser realizado o dimensionamento do trabalho, a quantidade de servidores por coordenadorias, para se ter um panorama e a partir disso promover as mudanças e analisar o impacto das sugestões. Destacou que algumas sugestões apresentadas pelos servidores são passíveis de implementação imediata, enquanto outras necessitam de um pouco mais de diligência. Disse que o enfoque é assegurar à Arpe o papel de instituição pública com autonomia administrativa, funcional, financeira e orçamentária. Complementou informando que na minuta da nova Lei da Arpe foi acrescentada a "autonomia decisória". Dr. Fred acrescentou que "autonomia decisória" do ponto de vista regulatório a Arpe já tem. Dra. Lara ressaltou que essa autonomia não está na nossa legislação atual, e sim na legislação federal. Dr. Fred disse que se for para respaldar e enfatizar, que seja bem-vindo. Dra. Lara explicou que a atividade regulatória é um instrumento de concretização da efetividade dos serviços públicos delegados, com o foco em ações em benefício da sociedade e que assegurem o equilíbrio do mercado, que a atuação da Arpe tem que ser imparcial, mediando sempre os interesses da sociedade, do usuário, da concessionária, da permissionária e do poder concedente. Dra. Juliana pontuou que não se pode deixar politizar, que as decisões devem ser sempre imparciais. Retomando a palavra, Dr. Carlos indagou se Dr. Fred soube da possibilidade de ocorrer um protesto dos motoristas da UBER devido ao aumento do preço do gás. Dr. Fred disse que sim e esclareceu que a Arpe regula o preço do gás para os postos, mas dos postos para os motoristas não é a Arpe que regula, que a deliberação da Arpe vem de uma decisão nacional, que impactou absurdamente o valor do gás, que a Arpe tem a obrigação de repassar esse custo, porque é um custo da COPERGÁS e que o preço do gás tem grande influência do ambiente nacional. Dra. Lara ressaltou que esses esclarecimentos foram repassados ao Sindicato da UBER, durante reunião na Arpe, e que o Sindicato entendeu o papel da Arpe. Retomando a temática do diagnóstico da Arpe, Dra. Lara passou a falar sobre a modernização institucional e apresentou os pontos que

foram levantados pelos servidores, como a necessidade de elaboração do planejamento estratégico, de metas individuais, de estruturação funcional e organizacional, de planos operativos, de definição de metas prioritárias, de fortalecimento da comunicação interna e externa, de realização de gestão por competência. Dra. Juliana disse que considera interessante a implantação de metas individuais, mas que é necessário avaliar se realmente é possível implantar em todas as coordenadorias. Dra. Lara informou que essa meta individual não é relacionada ao ADAR, não seria remuneratória. Dr. Carlos acrescentou que o ADAR poderia coincidir com a gestão por competência e que atualmente na Arpe o setor que faz a gestão por competência é a COJUR. Dra. Lara disse que a gestão por competências vai permitir conhecer o dimensionamento, para alocar servidores ou até outros recursos. Continuando com os pontos que foram levantados pelos servidores durante as entrevistas, Dra. Lara citou a definição de missão e visão, a identificação de pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades, a identificação de pontos críticos de maior relevância para a sociedade, para a concessionária e para o poder concedente, estabelecimento da estratégia de priorização para atuação da Arpe nesses pontos críticos, a construção de plano operativo com metas prioritárias estabelecidas, a alocação de servidores responsáveis para o cumprimento das metas prioritárias, o monitoramento periódico do plano operativo e também da própria estratégia. Analisando o material referente ao Diagnóstico, Dr. Fred destacou que a atribuição de assegurar a universalidade dos serviços públicos não é do ambiente regulatório. Disse que a regulação é sobre o que o poder concedente decide, o que as concessionárias decidem em seus planejamentos estratégicos e que a Agência não tem como assegurar a busca de recursos para que as concessionárias executem. Dra. Lara discordou, esclarecendo que a palavra "universalidade" está na legislação da Arpe e na Lei de Concessão e, que acredita termos essa competência porque a ideia que a legislação propõe é assegurar e garantir, o que seria distinto de realizar ou concretizar. Dra. Juliana concordou com Dr. Fred e exemplificou que com o Novo Marco Legal do Saneamento é nítida a dificuldade das concessionárias em executar as metas, que não é coerente penalizar a dificuldade em universalizar o serviço porque causaria falência as concessionárias, e que se a Agência assegurar a regularidade, se a concessionária não cumprir, terá que ser penalizada, então deve ser discutido até que ponto isso é positivo. Retomando a apresentação, Dra. Lara disse que sobre a estruturação funcional praticamente todos os servidores falaram do PCCV e também da gratificação do técnico regulador, atualmente recebida por Ernesto e Alexandre, e que era recebida também por Antônio Lucena. Dra. Lara interrompeu a apresentação para dar ciência ao Diretor Fred Maranhão de que a Perpart entrou em contato com o funcionário cedido, Antônio Lucena, lotado na Coordenadoria de Saneamento, para falar sobre o desligamento dos empregados públicos que se aposentaram após a Emenda Constitucional de 2019. Disse que, apesar de a emenda ser de 2019, não tinha sido aplicada, mas agora os órgãos estão ligando para os seus funcionários públicos que estejam nessa situação, pedindo para se apresentarem e se desligarem. Informou que, infelizmente, na Arpe tem o caso de Antônio, que se aposentou depois da emenda. Continuando a apresentação sobre a estruturação funcional, Dra. Lara pontuou que a minuta da nova Lei da Arpe prevê a gratificação de técnico regulador de forma mais específica, o bônus de desempenho regulatório mensal, o vale alimentação e o auxílio saúde. Disse que atualmente na Arpe há 12 (doze) servidores com mestrado ganhando em média R\$ 6.100 (seis mil e cem reais), e doutores ganhando esse valor também. Esclareceu que a ideia realmente é estruturar a carreira, o PCCV, que é o plano de cargos carreira e vencimentos. Informou que a minuta da lei da carreira foi encaminhada para SAD e inicialmente estava em uma área técnica mas agora foi para uma área mais de negociação que lida com as mesas, e que Dr. Carlos falou com

o servidor Alcides, membro da comissão dos servidores, que sinalizou positivamente sobre a Arpe solicitar essa legislação de volta para fazer uma análise do pedido e reencaminhar o pleito como Arpe, no intuito de ter um caráter mais técnico, uma vez que é de total interesse da Arpe encabeçar esse pleito. Dra. Lara trouxe outra sugestão dos servidores, a avaliação 360 graus, na qual os Diretores, Coordenadores e Chefes de Núcleo também são avaliados. Dr. Carlos pontuou que o Tribunal de contas faz essa avaliação há 20 anos. Retomando, Dra. Lara destacou a importância do adicional de risco de vida para os analistas de regulação lotados na Coordenadoria de Saneamento e esclareceu que o risco de vida, como está no Decreto Estadual nº 11.860/86 já foi deferido para saneamento e que a forma como está no decreto, abrange periculosidade e insalubridade. Dr. Fred indagou se não existe um risco de vida pra quem trabalha com energia elétrica, nem com gás. Dra. Lara informou que não, porque o Decreto não fala em energia elétrica, nem em gás. Disse que a perícia médica realiza uma análise in loco para ver se defere ou não o risco de vida. Dra. Juliana ressaltou que a Coordenadoria de Energia Elétrica já solicitou duas vezes o adicional, mas foi negado. Disse que, em relação a Saneamento, o núcleo de Perícias Médicas explicou que temos direito ao adicional se fizermos análise de qualidade da água. Esclareceu que saneamento faz análise da água, não para ver coliformes fecais, mas sim o PH e a turbidez. Dr. Fred disse que o adicional de risco de vida para analista de regulação deveria contemplar não apenas a área de saneamento, mas também as áreas de gás e energia. Continuando o diagnóstico, Dra. Lara disse que os servidores falaram que estão bastante esperançosos com a nova gestão em relação à estruturação do PCCV. Destacou a necessidade de incrementar o quadro de pessoal, sendo necessário realizar um dimensionamento, que é correlacionar o perfil do servidor e a demanda e esclareceu que essa iniciativa trará um quadro mais adequado para cada coordenadoria. Em relação à estruturação organizacional, Dra. Lara citou o planejamento estratégico, um laboratório de inovação. Relembrou que "inovação" não é só a parte de gestão de TI, mas também inovação dos processos, avaliar as possibilidades de melhorias e normatizar alguns procedimentos. Informou que teve a oportunidade de conhecer o laboratório de inovação do TCE, que se chama Prisma, e o do Ministério Público. Disse que aqui no Estado se chama LIGOV, Laboratório de Inovação do Governo. Esclareceu que o laboratório atua no estudo do processo, no mapeamento do fluxo e detecta as melhores práticas. Continuando, falou sobre a questão da comunicação social interna e externa, e de estruturar as coordenadorias por unidades. Disse que os servidores falaram muito sobre capacitação e que surgiu a ideia de fazer uma Escola de Regulação, de estruturar revistas científicas como uma forma de divulgação do trabalho. Pontuou uma demanda da ouvidoria que seria uma Comissão Permanente de Mediação de conflitos, para atuar na mediação entre o usuário e a concessionária. Acrescentou que os servidores também falaram sobre a integração entre eles e entre as áreas, sobre a importância de conhecer melhor as áreas, conhecer as boas práticas, fazer eventos para conhecer o que o outro faz. Dra. Lara disse que se fala muito em benchmarking externo, mas a Arpe pode fazer um benchmarking interno. Disse que os servidores também falaram muito de desmembrar a Coordenadoria de Gás, Transporte e Rodovias. Dra. Juliana esclareceu que essa junção ocorreu porque a Arpe perdeu o cargo que era designado ao Coordenador de Gás e que a Coordenadoria de Transporte, na época, era a que estava com menos demandas, e que considera muito importante o desmembramento, pois são trabalhos completamente distintos. Dr. Fred pontuou que o gás natural está muito mais ligado à energia do que à rodovia. Dra. Lara disse que outro ponto abordado pelos servidores foi o retorno da Coordenadoria de Jogos e Loterias. Dr. Fred disse que se o Estado reimplementar essa área de jogos e loterias, a Arpe é fundamental, inclusive, está na lei da Arpe. E continuou dizendo que a Arpe tinha que retomar a

regulação em uma área mais estruturada, mais do que uma coordenadoria, poderia ser até uma Diretoria. Informou que a Coordenadoria de Jogos e Loterias da Arpe era subordinada à DEF. Se manifestou favorável a essa implementação pelo Governo, explicando que é uma enorme receita para o Estado, para a área de esporte, para a área de segurança e para a área de inclusão social. Retomando a palavra, Dra. Lara mencionou que como estruturação, os servidores mencionaram a realização da reforma do prédio. Dra. Juliana perguntou como estava a licitação da reforma. Dra. Lara esclareceu que para a conclusão do projeto de arquitetura ainda estaria pendente uma última documentação, licença do bombeiro. Acrescentou que já foi encaminhado à SAD o processo mais urgente, o da reforma da coberta, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Em relação à inovação, Dra. Lara destacou a locação dos servidores de acordo com o dimensionamento da demanda, a estratégia para priorizar os pontos críticos, um maior envolvimento nos aspectos de governança regulatória. Explicou que faria parte: o estoque regulatório, a revisão dos normativos e a própria padronização deles. Destacou, também, a gestão dos dados para apoiar as decisões sobre políticas públicas, um maior domínio e controle das cláusulas dos contratos de concessão e permissão, a elaboração da agenda regulatória, a fiscalização responsável e indireta, como acontece na ANEEL, com base em indicadores, que seria a fiscalização por exposição, Sunshine, e citou como exemplos de Agências que já fazem esse tipo de fiscalização, a Arce, a Arsa, a Ares e a Adasa. Falou sobre a Regulação Sandbox Regulatório e a possibilidade de aplicação em um ambiente novo, como o setor de jogos e loterias, principalmente a parte de jogos online. Enfatizou a importância da gestão de pessoas, das ferramentas de TI, da atualização dos fluxos da atividade e do monitoramento periódico das metas prioritárias. Dra. Lara falou da importância do Portal da Arpe, não só como comunicação externa, mas também como comunicação interna, da importância da ouvidoria ampliar os canais de comunicação, ter uma interação mais ativa com a sociedade, e também da importância de uma política de atuação institucional, para divulgação de competências, ações e resultados, tanto interna quanto externa. Pontuou que, em relação à comunicação externa, é importante fazer parcerias com as instituições em prol do serviço público delegado. Informou sobre o novo Sistema de Gestão de Pessoas, que vai iniciar em janeiro, no qual os servidores vão ter novas matrículas, e vai ter um portal do usuário e um do gestor. Explicou que no novo sistema o foco vai ser o cadastro, que automaticamente vai gerar o pagamento de férias, desconto em folha por algum atraso, de acordo com as informações inseridas. Dra. Lara disse que durante as entrevistas solicitou que os servidores identificassem um servidor de referência e que a Coordenadora Ângela despontou como referência. Dr. Carlos destacou que entre os servidores de destaque o único servidor comissionado citado foi Eduardo Rogério. Novamente com a palavra, Dra. Lara apresentou a atual estrutura da Arpe. Pontuou que a Assessoria de Comunicação e Imprensa foi alocada para a governadoria, mas que a gestão deseja retomar e fortalecer a comunicação externa, com um assessor de comunicação e um assistente de comunicação. Falou das Funções Gratificadas de Supervisão - FGSS, que a ideia é colocar núcleos dentro das Coordenadorias, como uma forma de valorizar os servidores, principalmente na Coordenadoria de Saneamento, que é uma coordenadoria que tem poucos servidores. Dra. Lara disse que na falta do planejamento estratégico, a ideia foi ter um norte, e que as contribuições dos servidores foram muito ricas. Dra. Juliana elogiou o resultado das entrevistas realizadas pela Diretora Lara Pinheiro. Disse que ficou excelente, que servirá como um guia para os próximos anos e que o grupo técnico da Arpe é muito bom. Dr. Fred parabenizou Dra. Lara por ouvir os servidores e disse que essa ação foi muito positiva. O Presidente acrescentou que o sentimento das pessoas foi muito positivo, que os servidores ficaram felizes e gratos por serem ouvidos. Parabenizou a Diretora

Administrativo Financeira por essa sensibilidade e elogiou o trabalho por ela realizado durante a condução e a apresentação do diagnóstico da Arpe. Agradeceu a Dra. Juliana por todos os anos de dedicação à Diretoria na Arpe, pela competência e entusiasmo no desempenho das funções, destacou o alto astral da Diretora e desejou boa sorte no novo desafio. Dra. Lara e Dr. Fred também agradeceram a Dra. Juliana pela parceria. Dra. Juliana disse que aprendeu muito na Arpe e agora enfrentará um novo desafio. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura da presente Ata, que foi posteriormente lida e aprovada pelos integrantes da Diretoria e assinada pelos presentes. Eu, Micheline Alexandra Neves, Chefe de Gabinete, lavrei a presente Ata,
Micheline. A. Neves. Recife, 13 de novembro de 2023.

carlos porto filho
CARLOS PORTO DE BARROS FILHO

Diretor-Presidente



FREDERICO ARTHUR MARANHÃO TAVARES DE LIMA
Diretor de Regulação Econômico-Financeira

juliana dias
JULIANA DIAS MEDICIS

Diretora de Regulação Técnico-Operacional

lara pinheiro
LARA PINHEIRO DE MACEDO MONTARROYOS

Diretora Administrativa Financeira

marcela magalhães
MARCELA MAGALHÃES SANTOS GONÇALVES DE FREITAS

Assessora Especial de Controle Interno